

PACTO ANTENUPCIAL: UMA LEITURA À LUZ DA TEORIA DO NEGÓCIO JURÍDICO

João Pedro de Oliveira de Biazzi*

1. INTRODUÇÃO



código civil se ocupa do pacto antenupcial no Capítulo II, do Subtítulo I, do Título II do Livro de Direito de Família. Trata-se de instituo inserto em praticamente todos os ordenamentos jurídicos dos países ocidentais, embora seja possível encontrar diferenças importantes entre os regramentos.

O pacto antenupcial, também chamado de convenção antenupcial, convenção antematrimonial ou, ainda, contrato antenupcial, destina-se indiscutivelmente à família formada pelo casamento. O casamento é a forma de constituição familiar mais comum no Brasil e sua prática continua a crescer. As estatísticas de registro civil divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que, em 2013, o Brasil registrou 1.052.477 casamentos¹, um número ligeiramente maior em relação a 2011 (1.026.736)², mas expressiva-

*Mestrando em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Advogado.

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2013*, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default_xls.shtm.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Diretoria de pesquisas, coordenação*

mente maior em relação a 2008 (959.901)³ e em relação a 2003 (748.981)⁴.

Mesmo com a popularidade do casamento, o uso do pacto antenupcial ainda é muito tímido. Em recente esforço empírico, os tabelionatos paulistas participantes da referida pesquisa de campo deram notícia de apenas 311 pactos antenupciais lavrados em 2008 no estado de São Paulo⁵. Em contrapartida, o IBGE indica que, no estado de São Paulo, 255.603 casamentos foram registrados em 2008⁶. Embora não seja possível uma comparação direta entre as duas pesquisas, já é possível ao menos ilustrar que é esmagadora a maioria dos casamentos que não fazem uso do pacto antenupcial.

Os motivos dessa negação ao uso do pacto provavelmente passam por razões sociológicas, mas também, em certa medida, jurídicas. Não há clareza na doutrina no que tange sua natureza jurídica e seu âmbito operativo. Mesmo assim, são poucos os esforços doutrinários específicos sobre a matéria.

O objetivo do presente artigo é justamente enfrentar esse bloqueio jurídico sugerindo uma delimitação técnica do instituto por meio das categorias jurídicas advindas da teoria geral

de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2011, disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2011/default_pdf_casamentos.shtm<

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2008*, disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2008/defaulttab.sh>tm>.

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2003*, disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2003/defaulttab.sh>tm>.

⁵ CARDOSO, Fabiana Domingues. *Regime de bens e pacto antenupcial*, São Paulo, Método, 2011, p. 279.

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2008*, op. cit.

do negócio jurídico.

Primeiramente, será feito um estudo das fontes para que se possa conhecer, com precisão, os alicerces a partir dos quais serão edificados os conceitos jurídicos em torno do pacto. O exame das fontes, no entanto, não se limita ao direito positivo. Aproveita considerar também as tentativas de codificação que tiveram lugar na nossa história legislativa, notadamente a advinda da edição do Esboço de Teixeira de Freitas.

Em um segundo momento, buscar-se-á selecionar qual natureza jurídica se ocupa do pacto antenupcial, uma vez que há enorme divergência doutrinária sobre o assunto e a devida conclusão só é possível após a profunda análise das fontes.

Em um terceiro momento, será feita uma leitura ampla do pacto antenupcial com ganas de identificar seus elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia característicos.

Sem maiores atrasos, seguimos o programa proposto com o estudo das fontes.

2. ESTUDO DAS FONTES

O pacto antenupcial encontra amparo no princípio da liberdade das convenções antematrimoniais. Pela incidência deste princípio, os nubentes podem fazer uso do pacto antenupcial para escolher qualquer regime de bens, combinar diversos regimes legais e até mesmo adotar regras inteiramente inventadas por eles⁷. Essa liberdade, entretanto, assim como qualquer outro capilar do princípio geral do autorregramento da vontade, encontra-se limitada pelas normas cogentes impostas pela lei, notadamente dentro do plano da validade⁸.

⁷ CARVALHO SANTOS, João Manoel de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família (Arts. 255-367)*. 8. ed., v. 5, São Paulo, Freitas Bastos, 1961, p. 6.

⁸ "Noutros termos: somente dentro de limites prefixados podem as pessoas tornar jurídicos atos humanos e, pois, configurar relações jurídicas e obter eficácia jurídica.

Esse sustentáculo do pacto antenupcial não é novidade do nosso sistema jurídico atual. Na verdade, a liberdade da convenção antematrimonial é uma tradição do direito luso-brasileiro. O pacto antenupcial encontra exemplos de sua prática pela sociedade portuguesa ainda na época das Ordenações Afonsinas, promulgadas ainda em 1446 em Portugal⁹.

As Ordenações Afonsinas, entretanto, não dispunham de um regramento próprio para o pacto antenupcial. O surgimento do regime jurídico dos pactos antematrimoniais se deu um pouco mais tarde, em 1521, com a promulgação das Ordenações Manuelinas, que defendiam que *"todos os casamentos que forem feitos em Nossos Reynos, e Senhorios, se entendem seer feitos por carta de metade, saluo quando antre as partes outra cousa for acordado e contractado, porque entonce fe guardará o que antre elles for concertado"*¹⁰.

As Ordenações Filipinas trouxeram regra semelhante, com maior detalhamento dos limites que poderiam ser traçados pelos pactos antenupciais¹¹. A fórmula do legislador português não é de difícil compreensão. Formula-se uma regra jurídica dispositiva para o caso em que não há manifestação das partes sobre o regime de bens. Entretanto, na ocorrência de disposição convencional pelos nubentes, afasta-se a regra dispositiva e aplica-se o avençado pelas partes.

A análise do regime jurídico disponível na época das ordenações não deixa dúvidas sobre a pulsante proteção e pre-

A chamada 'autonomia da vontade', o autorregramento, não é mais do que 'o que ficou às pessoas'. PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova*, t. 3, Rio de Janeiro, Borsoi, 1954, pp. 55/56.

⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. t. 8, Rio de Janeiro, Borsoi, 1955, p. 224.

¹⁰ *Ord. Man.* L. IV. T. VII.

¹¹ "Todos os casamentos feitos em nossos Reinos e Senhorios se entendem serem feitos por Carta de ametade, salvo quando entre as Partes outra coisa fôr acordada e contractada, porque então se guardará o que entre elles for contractado" *Ord. Fil.* L. IV. T. XLVI.

ocupação do legislador perante a liberdade de convenção antemrimonial e a variedade dos regimes de bens. Seguindo os rumos traçados pelas ordenações, as fontes seguintes deixaram de ignorar o pacto antenupcial e continuaram a discipliná-lo. Entretanto, verificou-se certa variação em torno da categoria jurídica ocupada pelo pacto antenupcial.

Ainda na Consolidação das Leis Civis, Teixeira de Freitas já preceituava a necessidade da preservação da liberdade das convenções antemrimoniais¹². Com o sucesso da Consolidação, o Decreto de 11 de janeiro de 1859 terminou por atribuir a Teixeira de Freitas a tarefa de apresentar ao governo imperial um projeto de código civil, o que culminou na elaboração do seu famoso "Esboço". A particularidade deste trabalho, principalmente no que se refere aos pactos antenupciais, apela por uma análise mais pormenorizada.

Os artigos 1.237 e 1.238 do Esboço abrem o primeiro capítulo da seção dos direitos pessoais nas relações de família, intitulado "*Dos Contratos de Casamento*". Pela importância do texto legal para a compreensão do instituto do pacto antenupcial, convém transcrever ambos os artigos:

"Art. 1.237. Antes da celebração do casamento é livre aos esposos contratar, como lhes aprouver, sobre as relações de seu futuro consórcio, conformando-se com as disposições que abaixo se seguem.

*Art. 1.238. Têm capacidade civil para estes contratos preliminares todos aqueles que não tiverem impedimento para casar-se segundo o disposto no Capítulo II deste Título"*¹³

Dentro da sistemática do Esboço, evidenciada pela leitura dos artigos seguintes e pelo próprio título do capítulo em que eles se inserem, o casamento é visto como um contrato.

¹² "Art. 88. Os esposos podem excluir a comunhão de bens, no todo, ou em parte; e estipular quaesquer pactos e condições, devendo-se guardar o que entre elles fôr contractado (Art. 354)." TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das Leis Civis*, edição fac-similar, volume 1, Brasília, Ministério da Justiça, 2003, pp. 95/96.

¹³ TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Esboço do Código Civil*, edição fac-similar, volume 1, Brasília, Ministério da Justiça, 1983, p. 281.

Nessa lógica, o pacto antenupcial assume a forma de um contrato preliminar, sendo seu contrato definitivo correspondente o casamento.

O desenvolvimento histórico dessa categoria contratual evidencia que a característica própria do contrato preliminar é a introdução paulatina dos interesses visados pelo contrato definitivo. Seguindo esse raciocínio, é importante evidenciar que o contrato preliminar deve conter, pelo menos, todos os elementos categoriais inderrogáveis do contrato definitivo. A título exemplificativo, um contrato preliminar de compra e venda deve já ter presente a coisa e o preço da compra e venda definitiva. Não obstante, isso não significa que o contrato preliminar deve ter todos os elementos de existência do negócio definitivo¹⁴. Interessante notar, entretanto, que pelas normas jurídicas disciplinadas no Esboço, não era possível às partes apresentar o pacto antenupcial para obrigar a celebração do casamento ajustado pelo pacto¹⁵.

Todos os dezesseis artigos propiciam um detalhado regime jurídico a este contrato preliminar. Para os objetivos desse trabalho, destacam-se algumas disposições semelhantes às que temos atualmente, como a exigência de realização do pacto por escritura pública¹⁶ e a subordinação dos efeitos do pacto à

¹⁴ ZANETTI, Cristiano de Sousa. *A Conservação dos Contratos Nulos por Defeito de Forma*. São Paulo, Quartier Latin, 2013, pp.124/125.

¹⁵ "Art. 1.248. Se o casamento não vier a celebrar-se, as partes não poderão apresentar tais contratos em Juízo, a título de esponsais, ou de promessas em qualquer sentido, nem para obrigar ao casamento ajustado, nem para exigir qualquer pena, ou indenização de perdas e interesses." TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Esboço do Código Civil*, op. cit., p. 282. Em comentário sobre o regime geral do Esboço para os contratos preliminares: "Não se permitia, entretanto, a conclusão forçada do contrato definitivo que, em hipóteses especialíssimas, tinha lugar no regime das Ordenações, pois o texto projetado não admitia que as obrigações de fazer pudessem ser executadas de forma específica." ZANETTI, Cristiano de Sousa. *A Conservação dos Contratos Nulos por Defeito de Forma*. op. cit., p. 104.

¹⁶ "Art. 1.244 Todos os contratos de casamento, qualquer que seja seu objetivo, devem realizar-se por escritura pública. Nenhuma outra forma é admissível, pena de nulidade, ainda que não sejam imóveis os bens aduzidos por qualquer dos esposos" TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Esboço do Código Civil*, op. cit., p. 281.

ocorrência do casamento¹⁷. Destaca-se também a vedação à convenção pós-núpcias¹⁸ que, como veremos na sequência, não encontra mais amparo na legislação atual, embora tenha encontrado campo por muito tempo na nossa tradição jurídica.

A opção de Teixeira de Freitas por essa categoria jurídica deu um âmbito operativo mais amplo ao pacto antenupcial, em comparação ao que era visto na tradição portuguesa das ordenações e também em comparação ao texto legislativo dos Códigos de 1916 e de 2002, como veremos adiante. Evidencia essa amplitude a redação do artigo 1.241. A transcrição novamente se mostra devida:

"Art. 1.241. Estes contratos, ou podem ser simplesmente espousalícios, ou podem ter por objeto:

Constituir o regime dos bens presentes ou futuros, que cada um dos esposos aduzir para a sociedade conjugal, ou sejam seus próprios, ou sejam doados por seu pai ou mãe ou por ambos, ou sejam doados por terceiros.

Doações de um esposo a outro de seus bens presentes ou futuros ou dos que deixaram por seu falecimento.

Quaisquer pactos, cláusulas, ou condições, uma vez que nada tenham de contrário às leis, à natureza e fim do casamento, e aos bons costumes (arts. 632 e 633)"¹⁹

A amplitude característica do regime adotado pelo Esboço não foi adotada pelo Código Civil de 1916. A mudança de preceitos, afastando-se do Esboço e aproximando-se da tradição portuguesa, deve ser estudada com cautela, pois as décadas de vigência do código elaborado por Bevilacqua influenciaram sensivelmente o regime jurídico atual.

A primeira mudança imediatamente notificada é a des-

¹⁷ "Art. 1.247. É inerente aos contratos de casamento (art. 568, nº1) a cláusula de que só terão efeito se o casamento vier a celebrar-se, e não for anulado, salvo o que se dispuser quanto ao casamento putativo." TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Esboço do Código Civil*, op. cit., p. 282.

¹⁸ "Art. 1.251. Nenhum contrato de casamento, pena de nulidade, poderá ser feito depois da celebração do casamento, nem poderá ser revogado, alterado ou modificado." TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Esboço do Código Civil*, op. cit., p. 282.

¹⁹ TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Esboço do Código Civil*, op. cit., p. 281.

concentração das normas que disciplinam o pacto. No Esboço de Teixeira de Freitas, os artigos sobre a convenção antenupcial estão elencados em um capítulo próprio sobre o instituto. No Código Civil de 1916, o pacto antenupcial conta com uma disciplina jurídica espalhada em diversos capítulos e títulos do livro de direito de família.

Todos esses aspectos organizacionais do código não refletem uma mera mudança na técnica ou escrita legislativa, mas sim uma notável troca de paradigmas em torno da extensão operativa do instituto. Essa mudança salta aos olhos na leitura atenta do artigo 256 do código civil de 1916:

Art. 256. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver (arts. 261, 273, 277, 283, 287 e 312).

Parágrafo único. Serão nulas tais convenções:

I. Não se fazendo por escritura pública.

II. Não se lhes seguindo o casamento.

Parte substancial dos artigos que fazem parte do regime jurídico do pacto antenupcial encontra remissão no *caput* do artigo 256 do código civil de 1916²⁰, o que sugere que o legislador pensou no artigo 256 como o primeiro artigo sobre o instituto. Entretanto, tal leitura levaria o intérprete desatento a ignorar normas relevantes para o pacto, como por exemplo a suspensão da eficácia do pacto até a ocorrência do casamento, regra advinda da inteligência do artigo 230 do código civil de 1916²¹, numericamente anterior ao artigo 256 e não presente nas remissões de seu *caput*.

Além das remissões, o *caput* do artigo também preserva a liberdade na celebração de disposições antemrimoniais. Entretanto, o próprio artigo não tarda em apresentar limitações ao exercício dessa liberdade.

A primeira limitação ao pacto aparece ainda no seu *ca-*

²⁰ "Art. 256 É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver (arts. 261, 273, 277, 283, 287 e 312)."

²¹ "Art. 230 O regime dos bens entre cônjuges começa a vigorar, desde a data do casamento, e é irrevogável."

put. Salta aos olhos a limitação dada pela expressão "*quanto aos seus bens*". Não é permitido aos nubentes quaisquer ajustes que não sejam referentes às suas relações econômicas, notadamente sobre o regime de bens que será adotado na constância do casamento²². Nesse sentido, não seria lícito, por exemplo, a celebração de convenção que obrigasse um futuro cônjuge a não habitar com o outro, ou que retirasse de um futuro cônjuge o direito de exigir alimentos, ou ainda a que retirasse de um dos futuros cônjuges os direitos oriundos do poder familiar.

A segunda limitação estabelece um rigor formal ao pacto antenupcial. O inciso I do Parágrafo único do art. 256 ilustra uma exceção ao princípio da liberdade de forma nas declarações de vontade²³. O legislador entendeu por bem exigir o uso da escritura pública para a celebração das convenções antenupciais.

A ausência desse requisito de validade gera a nulidade do pacto²⁴. Isso não é novidade do código de Bevilacqua, pois tal exigência legal encontra vestígio ainda na época das ordenações.

²² CARVALHO SANTOS, João Manoel de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família* (Arts. 255-367). op. cit., p. 7.

²³ O princípio da liberdade de forma era tipificado no código civil de 1916, na inteligência do art. 129. "Art. 129. A validade das declarações de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir (art. 82)." O princípio segue vigente na ordem jurídica brasileira atual, na forma do art. 107 do atual código civil.

²⁴ Carvalho Santos, comentando o art. 256 do código civil de 1916, afirma que a exigência não é somente requisito de validade do pacto, mas também se apresenta como "condição de existência do próprio contrato nupcial" (CARVALHO SANTOS, João Manoel de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família* (Arts. 255-367). op. cit., p. 7). Aproximar o rigor formal do plano da existência, entretanto, não nos parece seguro, pois poderíamos caminhar para a confusão do papel que a forma ocupa dentro dos planos do mundo jurídico. A forma é elemento geral de existência de todos os atos jurídicos. O rigor formal apresenta-se como um adjetivo à forma, imposto pela lei. Nesse sentido, a forma é, sim, elemento de existência, mas o rigor formal apresenta-se como requisito de validade. O pacto antenupcial feito por instrumento particular, por exemplo, possui forma, embora esta esteja em desacordo com a exigência legal. Nesse sentido, esse pacto existe, embora não seja válido.

O inciso II do Parágrafo único dava a pena de nulidade ao pacto que não era seguido pelo casamento. Embora a lei tenha se valido do conceito de nulidade, a espécie trazida pelo inciso é de ineficácia, pois estabelece uma *conditio iuris* aos efeitos do pacto, uma vez que, se o pacto não for seguido por casamento, seus efeitos não chegarão a irradiar no mundo jurídico²⁵.

Como a lei não prefixou um prazo para a caducidade do pacto, o intérprete deve buscar um intervalo de tempo razoável para o aguardo da celebração do casamento. A caducidade só poderia se verificar quando a intenção das partes de abandonar seu projeto de casamento é certa²⁶.

Após a leitura atenta ao art. 256 do código civil de 1916, já é possível perceber que o legislador optou por restringir as possibilidades operativas que o pacto antenupcial poderia assumir. A título exemplificativo, o pacto do código civil de 1916 não poderia conter uma disposição extrapatrimonial, algo possível na inteligência do art. 1.241 do Esboço. Restou ao pacto antenupcial somente a determinação do regime de bens dos futuros cônjuges.

A visão restritiva do pacto foi mantida no código civil de 2002, com pequenas novidades.

O art. 1.639²⁷ estabelece, em seu *caput*, a regra antes

²⁵ "A despeito de a lei falar de nulidade, a espécie do art. 256, parágrafo único, II, é de ineficácia, com o que o superficial conhecimento jurídico dos legisladores não atinou. São ineficazes os pactos se se lhes não seguir o casamento" PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. t. 8, op. cit., p. 237.

²⁶ CARVALHO SANTOS, João Manoel de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família (Arts. 255-367)*. op. cit., p. 8. O autor ainda aconselha o leitor que a penalidade deverá ser a nulidade, na literalidade do art. 256, parágrafo único, II. Entretanto, como vimos, o referido inciso introduz um fator de eficácia ao pacto antenupcial. Nesse sentido, a penalidade entendida por nós como correta é a caducidade, e não a nulidade.

²⁷ "Art. 1.639. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.

§ 1º O regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamen-

encontrada no *caput* do art. 256 do código de 1916 e, em seu parágrafo primeiro, a regra do art. 230 do antigo código. O art. 1.653²⁸ ilustra as consequências lidas antes no parágrafo único do art. 256 do código antigo, com a correção de que a ausência de casamento na sequência do pacto o torna ineficaz, e não nulo.

A verdadeira novidade fica por conta do art. 1.639, §2º, que rompe com o princípio da imutabilidade dos pactos antenupciais após o casamento²⁹. Antes, os nubentes não poderiam modificar o conteúdo do pacto após a celebração do casamento³⁰. Com o novo art. 1.639, os já cônjuges podem modificar o regime de bens por meio de uma autorização judicial provida em pedido de jurisdição voluntária motivado de ambos os cônjuges, apurando a procedência das razões defendidas e a ausência de prejuízos a terceiros.

O breve estudo das fontes feito nesse tópico não tinha o escopo de elencar e comentar todas as disposições normativas que regularam o pacto antenupcial, mas tão somente trazer à tona o contorno da evolução do seu regime jurídico. Dentro desse objetivo, o que se pode notar é que o pacto antenupcial passou por um processo de redução de seu campo de atuação, chegando até o nosso atual regramento com um único propósito: disciplinar o regime de bens dos futuros cônjuges.

Feito esse importante passo, podemos determinar qual é

to.

§ 2º É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros."

²⁸ "Art. 1.653. É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento."

²⁹ A imutabilidade era imposta pela expressão "irrevogável" ao final do art. 230 do código civil de 1916. Para romper com o princípio, o legislador subtraiu a expressão do parágrafo primeiro do art. 1.639 do código civil de 2002 e introduziu o parágrafo segundo do mesmo artigo.

³⁰ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. t. 8, op. cit., p. 259.

a natureza jurídica do pacto antenupcial.

3. O PACTO ANTENUPCIAL COMO NEGÓCIO JURÍDICO DE DIREITO DE FAMÍLIA

Não há grande questionamento na doutrina sobre a natureza de negócio jurídico do pacto antenupcial. Em linhas breves, negócio jurídico é o fato jurídico cujo elemento nuclear do seu suporte fático consiste na manifestação de vontade destinada a mensurar o surgimento, permanência e intensidade de determinadas relações jurídicas³¹. O pacto antenupcial assume essas características ao expressar a vontade dos nubentes em criar um regime próprio de bens ou simplesmente escolher um regime legal diferente da comunhão parcial de bens.

Há, todavia, enorme incerteza sobre qual é a espécie de negócio jurídico do pacto antenupcial. Alguns autores acreditam se tratar de um contrato³², outros de um negócio jurídico de direito de família³³. Não há visão majoritária sobre o tema.

³¹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova*, t. 3, Rio de Janeiro, Borsoi, 1954, pp. 7/8. Ver também: MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: plano da existência*, v. 1, 16. Ed, São Paulo, Saraiva, 2010, p. 191.

³² São muitos os autores que defendem a natureza jurídica contratual do pacto antenupcial. A título exemplificativo, é conveniente transcrever algumas definições marcantes: "a natureza jurídica do pacto antenupcial é inequivacadamente contratual, e obrigatoriamente há de ser efetivada antes do casamento" (PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*, v. 5, 14. ed, Rio de Janeiro, Forense, 2004, p. 208) "[pacto antenupcial é] contrato solene, realizado antes do casamento, por meio do qual as partes dispõem sobre o regime de bens que vigorará entre elas, durante o matrimônio" (RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: Direito de família*, [atualizado por Francisco José Cahali], v. 6, 28. ed, São Paulo, Saraiva, 2004, p. 137); "justamente diante desse interesse patrimonial é que se pode afirmar que o pacto antenupcial tem natureza contratual" (SIMÃO, José Fernando; TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Direito de Família*, v. 5, 8. ed, São Paulo, Método, 2013, p. 123).

³³ Também encontra-se vasta lista de autores que defendem que o pacto assume natureza de negócio jurídico de direito de família. Para o auxílio do estudo, é conveniente uma nova ilustração: "o pacto antenupcial é o negócio jurídico bilateral de

Sobre o conceito de contrato, é importante notar que houve uma superação de uma conceptualização mais generalista de contrato. A doutrina brasileira mais antiga aproximava a noção da espécie contrato à noção do gênero negócio jurídico. A título ilustrativo, cita-se o conceito de Clovis Bevilacqua, que entendia o contrato como "*acordo de vontades para o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos*"³⁴. Essa definição encontrava inspiração no art. 1098 do antigo código civil italiano, de 1865³⁵.

Com a aprovação do atual código civil italiano, em 1942, houve uma modificação no conceito de contrato. O art. 1.321 do novo código, influenciado pelo refinamento da teoria geral do negócio jurídico, limita o contrato às relações patrimoniais³⁶. A doutrina brasileira prontamente se atualizou, definindo o contrato como uma espécie de negócio jurídico que cuida especificamente das relações jurídicas patrimoniais³⁷.

Muito embora ainda é possível encontrar reproduções

direito de família mediante o qual os nubentes têm autonomia para estruturarem, antes do casamento, o regime de bens distinto da comunhão parcial" (LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Código Civil comentado*, in: AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Código Civil comentado*, v. XVI, São Paulo, Atlas, 2003, p. 270); "o pacto antenupcial é um negócio jurídico de direito de família, condicionado à celebração do casamento" (GOZZO, Débora. *Pacto Antenupcial*, São Paulo, Saraiva, 1992, p. 36); "o pacto antenupcial [...] é o nome aproximativo que se dá ao negócio jurídico de direito de família pelo qual se estabelece o regime dos bens entre os cônjuges" (PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. t. 8, op. cit., p. 229).

³⁴ BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Commentado*, v. 2, edição histórica, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1975, p. 194. Ver também: BEVILAQUA, Clovis. *Direito das Obrigações*, edição histórica, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1982, p. 157; CARVALHO SANTOS, João Manoel de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito das Obrigações (Arts. 1.079-1.121)*. 6. ed., v. 15, São Paulo, Freitas Bastos, 1958, p. 5.

³⁵ "1098. Il contratto è l'accordo di due o più persone per costituire, regolare o sciogliere fra loro un vincolo giuridico"

³⁶ "Art. 1321 Nozione. Il contratto è l'accordo di due o più parti per costituire, regolare o estinguere tra loro un rapporto giuridico patrimoniale."

³⁷ ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. *Do Contrato*. Rio de Janeiro, Forense, 1960, p. 29.

do antigo conceito nas publicações recentes³⁸, atualmente busca-se entender o contrato como o negócio jurídico destinado estritamente às relações jurídicas de cunho patrimonial³⁹. A função do contrato, portanto, é dar vestimenta jurídica às operações econômicas⁴⁰.

O conceito de negócio jurídico de direito de família merece maior cautela, pois, em comparação com o de contrato, não é tão incessantemente estudado pela doutrina. Francesco Santoro-Passarelli foi quem desenvolveu com maior profundidade os contornos do instituto.

Para o autor, são três as características distintivas do negócio jurídico de direito de família: (i) ele precisa ser formal⁴¹, ou seja, obedecer um rigor formal previsto em lei⁴²; (ii) ele precisa ser típico⁴³, ou seja, previsto em lei⁴⁴; e (iii) ele precisa ser direto⁴⁵, no sentido de que não é admitido modificar os efeitos do negócio para alcançar fins diversos dos típicos da estrutura do negócio adotado⁴⁶.

Embora úteis para uma melhor ilustração das preocupações características de um negócio jurídico de direito de famí-

³⁸ "Por conseguinte, cada vez que a formação do negócio jurídico depender da conjugação de duas vontades, encontramos-nos na presença de um contrato, que é, pois, o acordo de duas ou mais vontades, em vista de produzir efeitos jurídicos" RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil. Dos contratos e das declarações unilaterais da vontade*, v. 3, 30. ed, São Paulo, Saraiva, 2004, pp. 9/10.

³⁹ GOMES, Orlando. *Contratos*, 2. ed, Rio de Janeiro, Forense, 1966, p. 13.

⁴⁰ "L'analisi economica del diritto presuppone che il contratto sia la veste giuridica di un'operazione economica, o economicamente valutabile" (ROPPO, Vincenzo. *Il Contratto*, 2. ed, Milano, Giuffrè, 2011, pp. 72/73.

⁴¹ Em contraposição aos negócios jurídicos de forma livre.

⁴² SANTORO-PASSARELLI, Francesco. *L'autonomia privata nel diritto di famiglia*, in: *Saggi di diritto civile*, v. 1, Napoli, Jovene, 1961, p.384.

⁴³ Em contraposição aos negócios jurídicos atípicos.

⁴⁴ SANTORO-PASSARELLI, Francesco. *L'autonomia privata nel diritto di famiglia*, op. cit, p.385.

⁴⁵ Em contraposição aos negócios jurídicos indiretos. Para uma definição clássica de negócio jurídico indireto: ASCARELLI, Tullio, *Negócio Jurídico Indirecto*, Jornal do Fôro, Lisboa, 1965, p. 10.

⁴⁶ SANTORO-PASSARELLI, Francesco. *L'autonomia privata nel diritto di famiglia*, op. cit, p.385

lia, os requisitos propostos por Santoro-Passarelli não servem propriamente para distinguir negócio jurídico de direito de família de contrato.

Não precisamos buscar nos confins da nossa imaginação um exemplo de um contrato formal, típico e direto. Vamos imaginar uma compra e venda de bem imóvel de valor superior a trinta vezes o salário mínimo destinada tão somente à alienação do bem em troca de determinado preço. Trata-se de contrato formal, pela inteligência do requisito de validade do art. 108 do Código Civil⁴⁷, típico, pois o Código Civil se ocupa da compra e venda na Seção I, do Capítulo I, do Título VI do Livro das Obrigações, e direto, pois as partes destinaram os efeitos do negócio para alcançar os fins típicos da compra e venda.

Santoro-Passarelli, entretanto, trouxe o critério que realmente diferencia contrato de negócio jurídico de direito de família. Para o autor italiano, o negócio jurídico de direito de família é uma espécie de negócio jurídico que deve cuidar especificamente de uma finalidade familiar⁴⁸. Diferentemente do contrato, que busca tutelar uma relação exclusivamente econômica, o negócio jurídico de direito de família pode simplesmente assumir feições patrimoniais, mas sua finalidade direta deve estar relacionada com um escopo próprio da constituição familiar⁴⁹.

Feitas as considerações essenciais aos conceitos de contrato e de negócio jurídico de direito de família, devemos levar em conta as conclusões obtidas pelo estudo das fontes para, enfim, escolher qual categoria jurídica tem maior afinidade com o pacto antenupcial regulado pelo código civil de 2002.

⁴⁷ "Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País"

⁴⁸ "[...] lo scopo familiare deve essere direttamente perseguito dalla persona, la cui autonomia è riconosciuta" (SANTORO-PASSARELLI, Francesco. *L'autonomia privata nel diritto di famiglia*, op. cit, p.383).

⁴⁹ GOZZO, Débora. *Pacto Antenupcial*, op. cit, pp. 34/35.

Em uma análise *prima facie*, já é possível constatar que o pacto antenupcial cumpre com as características dos negócios jurídicos de direito de família. É um negócio jurídico que está subordinado a um rigor formal, por força do art. 1.653 do código civil. É típico, pois tem disciplina jurídica expressa no Capítulo II, do Subtítulo I, do Título II do Livro de Direito de Família. Por fim, também é um negócio direto, pois os nubentes só podem fazer uso do pacto para a elaboração e eleição do regime de bens.

Resta saber, entretanto, se o pacto antenupcial é um negócio destinado a dar vestimenta jurídica a uma relação econômica, um contrato, ou é um negócio que, embora detenha feições patrimoniais, destina-se à satisfação de um interesse familiar, um negócio jurídico de direito de família.

Como vimos no estudo das fontes, o pacto antenupcial tem âmbito operativo bem delimitado: é feito para determinar o regime matrimonial de bens. O regime de bens nada mais é do que o arcabouço regulatório patrimonial da entidade familiar⁵⁰, devendo ser estruturado para proteger os fins morais da família⁵¹. Sua função primordial é garantir que o patrimônio familiar esteja a serviço da vida, da subsistência da prole e da própria sobrevivência da família⁵².

A constatação dessa função primordial do regime de bens encontra sossego na ordem jurídica brasileira. Evidenciando a preocupação com o bom uso do patrimônio familiar, o direito brasileiro garante a qualquer membro da família a opção de fazer uso do sequestro de bens para salvaguardar o patrimônio familiar de investidas ruinosas dos cônjuges⁵³, como

⁵⁰ SIMÃO, José Fernando; TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Direito de Família*, op. cit, p. 108.

⁵¹ MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. *Curso de Direito de Família*, São Paulo, Saraiva, 2013, p. 237.

⁵² NERY, Rosa Maria de Andrade. *Manual de direito civil: família*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013, p. 391.

⁵³ NERY, Rosa Maria de Andrade. *Manual de direito civil: família*, São Paulo, op. cit, p. 391.

defende o art. 822, III do código de processo civil⁵⁴.

Também salta aos olhos a impossibilidade de fracionar os regimes em relação aos cônjuges. É dizer: o regime é único para ambos os consortes, pela inteligência do princípio da isonomia constitucional entre os cônjuges, positivado no art. 226, §5º da Constituição Federal⁵⁵. Sob a égide deste princípio, a doutrina entende como nulo o pacto antenupcial que determina, por exemplo, o regime da comunhão universal de bens para um cônjuge e o da separação de bens para outro⁵⁶.

Essas considerações evidenciam que o pacto antenupcial, embora trate de aspectos de ordem patrimonial, tem como característica primordial definir regras que visam a atrelar os bens matrimoniais à finalidade máxima de preservação da sede familiar.

Nesse sentido, deve-se entender o pacto antenupcial como um negócio jurídico de direito de família pelo qual se estabelece o regime de bens entre os cônjuges.

4. O PACTO ANTENUPCIAL À LUZ DA TEORIA DO NEGÓCIO JURÍDICO

Considerando o pacto antenupcial como negócio jurídico de direito de família, seu exame pode ser proveitosamente levado a efeito com recurso às indicações extraídas da teoria do negócio jurídico. A identificação de seus elementos de existência, requisitos de validade e fatores de eficácia permite identificar, precisamente, as características e possíveis efeitos da figura. Sem perder fôlego, procede-se ao exame dogmático.

⁵⁴ "Art. 822. O juiz, a requerimento da parte, pode decretar o sequestro: [...] III - dos bens do casal, nas ações de separação judicial e de anulação de casamento, se o cônjuge os estiver dilapidando;"

⁵⁵ "Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher."

⁵⁶ SIMÃO, José Fernando; TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Direito de Família*, op. cit., p. 108.

a. ELEMENTOS DE EXISTÊNCIA

O plano da existência cuida da entrada dos fatos no mundo jurídico⁵⁷. Se olharmos especificamente para o negócio jurídico, elemento é tudo aquilo que compõe sua existência no campo do direito⁵⁸.

A cognição dos elementos de existência de qualquer negócio jurídico pode ser catalisada pela segregação dos elementos pelo grau de segregação de cada um deles. Nesse sentido, temos: (i) os elementos gerais, comuns a todos os negócios jurídicos; (ii) os elementos categoriais, próprios de determinado tipo de negócio e determinados pela ordem jurídica; e (iii) os elementos particulares, presentes em um determinado negócio *in concreto*, sem serem comuns a todos os negócios ou a certos tipos de negócio⁵⁹.

A título de esclarecimento, vale pontuar, por fim, que os elementos categoriais são subdivididos em duas classes. São elementos categoriais inderrogáveis, ou essenciais, os que revelam a essência do negócio jurídico, definindo sua categoria jurídica, distinguindo-o dos demais negócios. São elementos categoriais derogáveis, ou naturais, os que defluem da natureza do negócio, mas podem ser afastados pela vontade das partes sem que, por isso, o negócio mude de tipo⁶⁰.

Como o nosso estudo se dedica a uma categoria típica de negócio jurídico, nosso esforço deverá partir dos elementos

⁵⁷ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Bens. Fatos jurídicos*, t. 2, Rio de Janeiro, Borsoi, 1954, p. 183

⁵⁸ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, 4. ed, 8. tiragem, São Paulo, Saraiva, 2013, p. 31.

⁵⁹ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, op. cit, p. 32.

⁶⁰ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, op. cit, p. 35. A título exemplificativo, é elemento categorial inderrogável da compra e venda o consenso sobre a coisa e o preço. Por outro lado, é elemento categorial derogável a responsabilidade pela evicção, também na compra e venda.

categoriais inderrogáveis, já que são eles os que caracterizam a natureza jurídica de cada tipo de negócio e são revelados pela análise da estrutura normativa da categoria a qual o negócio pertence⁶¹, esforço feito nos pontos anteriores desse estudo.

A análise das fontes nos revela que é elemento categorial inderrogável do pacto antenupcial o estabelecimento do regime matrimonial de bens. Em outras palavras, o pacto antenupcial deve, cada vez e sempre, conter disposição que estabelece as regras que disciplinarão o regime de bens dos futuros cônjuges. A extração desse elemento categorial inderrogável é compreendida principalmente pela expressão "*quanto aos seus bens*" do *caput* do art. 1.639 do código civil, já comentado anteriormente mas, pela sua importância, merece transcrição:

Art. 1.639. É lícito aos nubentes, antes de celebrado o casamento, estipular, quanto aos seus bens, o que lhes aprouver.

O artigo é semelhante ao art. 256 do código civil de 1916, analisado pormenorizadamente no nosso esforço sobre as fontes. É importante lembrar, novamente, que a expressão "*quanto aos seus bens*" impede a inclusão de disposições extrapatrimoniais no pacto⁶². É da própria literalidade da lei que se verifica equivocado o entendimento de parte da doutrina que procura admitir a presença desses elementos no pacto antenupcial⁶³.

⁶¹ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, op. cit, p. 35.

⁶² FACHIN, Luiz Edson. *Direito de família: elementos críticos à luz do Código Civil brasileiro*, Rio de Janeiro, Renovar, 2003, p. 187; RODRIGUES, Silvio. *Direito civil: Direito de família*, op. cit, p. 139; PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. t. 8, op. cit., p. 229; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Manual de direito civil: família*, São Paulo, op. cit, p. 182.

⁶³ Dentre os autores que defendem o conteúdo extrapatrimonial do pacto, encontra-se: TEPEDINO, Gustavo. *Controvérsias sobre regime de bens no novo Código Civil*, in: Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, n. 2, fev-mar, 2008, pp. 15/16; DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005, p. 217; LEITE, Gisele. *A importância do pacto antenupcial*, in: Revista IOB de Direito de Família, ano IX, n. 45, dez-jan, 2008, p.20.

O olhar histórico que fizemos anteriormente também mostra que essa limitação é reflexo de um enxugamento do âmbito operativo do pacto. O pacto antenupcial que aparecia no Esboço de Teixeira de Freitas dava abrigo às disposições extrapatrimoniais, mas o código civil de 1916 restringiu o escopo do pacto, restrição mantida pelo atual código.

Superado o equívoco em admitir disposições extrapatrimoniais no seio do pacto antenupcial, uma nova questão surge: dentre as disposições patrimoniais, é possível a inclusão de elementos patrimoniais que não guardam relação com o regime de bens ou somente será elemento do pacto disposições sobre o regime matrimonial de bens?

Para responder a pergunta corretamente, deve-se ter em mente a natureza jurídica do pacto antenupcial. Ao classificarmos o pacto como negócio jurídico de direito de família, levamos em conta a importância do regime de bens para a subsistência da família. A classificação também importa um alto grau de reducionismo semântico, bem diferente da amplitude característica dos contratos.

Feitas essas considerações, o pacto antenupcial, como é característico dos negócios jurídicos de direito de família, deve ter seus efeitos irradiados única e especificamente para a sua determinada finalidade familiar: a regulação do regime de bens. Não pode ser admitido no seio do pacto elemento de existência destinado a produzir efeitos distantes dessa finalidade⁶⁴.

Seguir essa afirmação, entretanto, não significa negar a possibilidade de celebração de negócios que façam uso do instrumento do pacto antenupcial, embora não integrem o seu conteúdo negocial. Pontes de Miranda deixa claro isso ao introduzir seu ensaio sobre os chamados "*elementos estranhos dos pactos antenupciais*". A transcrição do trecho se mostra devida:

⁶⁴ Essa é a posição de Orlando Gomes, ao dizer que "não se admitem estipulações a respeito de relações pessoais dos cônjuges, nem mesmo as de caráter patrimonial que não digam respeito exclusivamente ao regime de bens" (GOMES, Orlando, *Direito de família*, 7. ed, Rio de Janeiro, Forense, 1987, pp. 167/168).

*"[O pacto antenupcial] Tem especificamente por objeto determinar a norma do patrimônio dos nubentes, a partir do casamento. Onde se estipula sobre interesses, anteriormente ao casamento, a convenção é antenupcial, pois que precedeu ao casamento, porém não é ato de direito de família com que se prefixa regime matrimonial dos bens. Assim, se alguém diz que doa, ou vende a outrem com quem vai casar, certo bem, não se tem, aí, pacto antenupcial, no sentido que aqui se lhe dá, mas contrato de doação ou de compra e venda com a condição suspensiva de casamento ou resolutive de não se realizar o casamento, contrato regido pelo direito das obrigações, a despeito da ligação condicional ao matrimônio previsto. Precede o casamento, tem-no como condição; todavia, não é negócio jurídico de direito de família"*⁶⁵

A clareza do trecho citado não requer qualquer novo esclarecimento. Os aspectos patrimoniais que muitos doutrinadores⁶⁶ procuram incluir no conteúdo existencial do pacto somente se valem da sua estrutura, sendo na verdade um negócio jurídico (na maioria das vezes, um contrato) apenas localizado na escritura pública do pacto antenupcial. Na situação de maior correlação entre esses dois negócios, como no exemplo da compra e venda contida na escritura pública do pacto e que subordina a irradiação dos seus efeitos à ocorrência do matrimônio, estamos diante tão somente de uma coligação voluntária expressa⁶⁷ entre os dois negócios: o pacto antenupcial e a compra-e-venda.

b. REQUISITOS DE VALIDADE

⁶⁵ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. t. 8, op. cit., p. 230

⁶⁶ A título exemplificativo: VELOSO, Zeno. *Regime matrimonial de bens*, in: PEIREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). *Direito de família contemporâneo*, Belo Horizonte, Del Rey, 1997, p. 83 RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*, 4. ed, Rio de Janeiro, Forense, 2006, p. 627

⁶⁷ Sobre a classificação das coligações negociais, notadamente no âmbito dos contratos coligados: MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. *Contratos Coligados no Direito Brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 2010, pp. 104/108.

O plano da validade serve a controlar o modo de entrada da declaração negocial no mundo do direito⁶⁸. Para que o negócio jurídico possa valer, é preciso que o mundo jurídico, em que se lhe deu entrada, o tenha por apto a nele atuar e permanecer⁶⁹. Os requisitos de validade são, portanto, aqueles caracteres que a lei requer nos elementos do negócio para conferir-lhe validade⁷⁰.

Como ocorre com todo negócio jurídico, a validade do pacto antenupcial reclama a capacidade do agente e a licitude do seu objeto. Sobre tais aspectos, a categoria não apresenta grandes particularidades. Daremos destaque, nesse estudo, aos requisitos de validade específicos do pacto antenupcial.

O art. 1.653 do código civil inaugura o capítulo destinado ao pacto antenupcial e apresenta tanto o requisito de validade atinente ao rigor formal do pacto como o fator de eficácia que subordina os efeitos do pacto à celebração de casamento. O teor do artigo é o seguinte:

Art. 1.653. É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.

Daremos atenção, neste momento, ao requisito de validade de rigor formal.

O código civil atual prega, na literalidade do seu art. 107⁷¹, pela liberdade de forma nas declarações de vontade. Sob a clareza do dispositivo, não há dúvida que a liberdade de forma seja a regra entre nós, como já reconhece a doutrina há bas-

⁶⁸ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, 4. ed, 8. tiragem, São Paulo, Saraiva, 2013, p. 41.

⁶⁹ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Validade. Nulidade. Anulabilidade*. t. 4, Rio de Janeiro, Borsoi, 1954, p. 3.

⁷⁰ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, 4. ed, 8. tiragem, São Paulo, Saraiva, 2013, p. 42.

⁷¹ "Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir."

tante tempo⁷². Por força dessa escolha do sistema, a imposição de certa forma depende sempre de norma legal que disponha nesse sentido. O art. 1.653 faz exatamente isso.

O propósito do estabelecimento de um rigor formal a determinadas declarações de vontade é um assunto sensível da doutrina brasileira. No presente estudo, entende-se que a forma prescrita em lei venera três funções distintas. A forma defende uma função assecuratória ao assegurar a ambas as partes sobre o exato momento do surgimento do vínculo que elas se propuseram. Também há a defesa da função acautelatória, pois a forma pode também tentar precaver determinada parte da conclusão de um determinado negócio que lhe é especialmente arriscado. Por fim, a forma ainda assume uma função informativa, ao tentar dar publicidade a determinadas declarações, bem como procurar garantir que o declarante mais fraco esteja plenamente ciente dos efeitos que irradiarão da sua declaração. Dependendo da declaração analisada, uma função ganha mais destaque que as outras⁷³.

No caso do pacto antenupcial, salta aos olhos as funções assecuratória e informativa. Ganha relevo a função assecuratória, pois o rigor formal do pacto procura precisar com clareza os meandros do regime de bens escolhido pelos nubentes. Também ganha relevo a função informativa, já que a exigência de escritura pública do pacto antenupcial visa dar publicidade ao conteúdo do pacto à sociedade civil, que continuará a praticar atos da vida civil com os nubentes nos assuntos cotidianos.

O outro requisito de validade específico do pacto antenupcial encontra-se positivado no art. 1.655, cujos termos aproveita transcrever:

Art. 1.655. É nula a convenção ou cláusula dela que contravenha disposição absoluta de lei.

⁷² ESPÍNOLA, Eduardo. *Manual do Código Civil Brasileiro*, v. III, parte 1ª, Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1923, p. 162.

⁷³ Sobre as funções do rigor formal: ZANETTI, Cristiano de Sousa. *A Conservação dos Contratos Nulos por Defeito de Forma*. op. cit., pp.157/218.

Embora o artigo se preocupe com o respeito às disposições cogentes da lei, esse artigo não apresenta qualquer novidade ao plano de validade do pacto antenupcial, nem de qualquer negócio jurídico.

O princípio da liberdade de contratar consiste no poder de livremente assumir deveres e obrigações, limitados sempre pela natureza cogente de certas regras⁷⁴. Nesse sentido, as leis imperativas indiscutivelmente limitam e condicionam o domínio da autonomia da vontade⁷⁵. No âmbito do negócio jurídico, qualquer declaração de vontade que contravenha disposição cogente de lei carece de validade, pois é justamente no plano da validade em que há o diagnóstico de conformidade da declaração negocial com a ordem jurídica positiva.

O art. 1.655, portanto, não inova ao dar invalidade a convenção antenupcial que contravenha disposição absoluta de lei. O artigo tampouco merece méritos por especificar que a espécie de invalidade é a nulidade, pois o próprio código civil, na parte geral, já disciplina que os casos de anulabilidade são os elencados nos incisos do art. 171 e aqueles expressamente declarados em lei⁷⁶. Todas as outras violações à lei são, portanto, casos de nulidade.

Embora haja ausência de novo suporte fático pela presença do art. 1.655 na nossa ordem jurídica, o artigo nos recorda da importância de se respeitar a ordem pública material⁷⁷ nas disposições sobre família, característica íntima dos negó-

⁷⁴ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova*, op. cit, pp. 63/64

⁷⁵ APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *A ordem pública no direito processual civil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2010, p. 21.

⁷⁶ Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: I - por incapacidade relativa do agente; II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

⁷⁷ "A opinião uniforme é a de que a ordem pública material, apesar de ambígua, imprecisa e variável no tempo e no espaço, significa em termos mais concretos um limite à aplicação de lei e à liberdade de contratar" (APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *A ordem pública no direito processual civil*, op. cit, p. 21).

cios jurídicos de direito de família, categoria na qual o pacto antenupcial se inclui⁷⁸.

c. FATORES DE EFICÁCIA

O plano da eficácia é a parte do mundo jurídico onde os fatos jurídicos produzem os seus efeitos. Naturalmente, fala-se aqui não de toda e qualquer eficácia prática do fato, mas tão somente da eficácia jurídica, isto é, da eficácia referente aos efeitos jurídicos típicos desse fato⁷⁹. Em síntese, o plano da eficácia cuida da irradiação do fato jurídico⁸⁰.

No âmbito do negócio jurídico, verifica-se que muitos negócios, para a produção de seus efeitos, necessitam de fatores de eficácia. O termo fatores sugere algo extrínseco ao negócio, que não o integra, mas contribui de certa maneira para a obtenção do resultado visado⁸¹. Um exemplo simples de negócio que precisa de um fator de eficácia é o ato válido que contém uma condição suspensiva. Enquanto não ocorre o evento futuro e incerto, o negócio, mesmo respeitando todos os requi-

⁷⁸ Interessante comparar a redação do art. 1.655 com o art. 1.699 do código civil português, que apresenta rol com diversas situações nas quais o pacto viola lei imperativa. No Brasil, embora a legislação nacional não apresente esse rol, nada impede que tais circunstâncias venham a conferir nulidade ao pacto brasileiro. A leitura do artigo é pedagógica: "ARTIGO 1699.º (Restrições ao princípio da liberdade)1. Não podem ser objecto de convenção antenupcial: a) A regulamentação da sucessão hereditária dos cônjuges ou de terceiro, salvo o disposto nos artigos seguintes; b) A alteração dos direitos ou deveres, quer paternais, quer conjugais; c) A alteração das regras sobre administração dos bens do casal; d) A estipulação da comunicabilidade dos bens enumerados no artigo 1733.º. 2. Se o casamento for celebrado por quem tenha filhos, ainda que maiores ou emancipados, não poderá ser convencionado o regime da comunhão geral nem estipulada a comunicabilidade dos bens referidos no n.º 1 do Artigo 1722."

⁷⁹ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, 4. ed, 8. tiragem, São Paulo, Saraiva, 2013, p. 49.

⁸⁰ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte geral. Eficácia jurídica. Determinações inexas e anexas. Direitos. Pretensões. Ações*. t. 5, Rio de Janeiro, Borsoi, 1956, p. 3.

⁸¹ AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, 4. ed, 8. tiragem, São Paulo, Saraiva, 2013, p. 55.

sitos de validade, não produz efeitos. Nesse exemplo, a cláusula que inclui a condição suspensiva no negócio é elemento particular, mas o evento a que ela faz referência é um fator de eficácia.

Os fatores de eficácia também podem advir de disposição legal. É o caso, por exemplo, do ato praticado por mandatário sem poderes. Esse ato é ineficaz em relação ao mandante até a ocorrência de ratificação, como disciplina o art. 662 do código civil⁸². Tal ratificação é, portanto, fator de eficácia.

O pacto antenupcial tem importantes fatores de eficácia que precisam ser pontuados aqui. Vamos analisar cada um deles em apartado.

O fator de eficácia mais lembrado do pacto antenupcial diz respeito à celebração do casamento, imposto pela segunda parte do art. 1.653. Vejamos novamente sua redação:

Art. 1.653. É nulo o pacto antenupcial se não for feito por escritura pública, e ineficaz se não lhe seguir o casamento.

O artigo corrige o erro do antigo art. 256, Parágrafo único, II do código civil de 1916, que estabelecia pena de nulidade aos pactos antenupciais que não eram seguidos pelo casamento. Trata-se, como já vimos na análise do código civil de 1916, de um exemplo de condição legal para a eficácia do pacto antenupcial⁸³, uma vez que os efeitos do pacto estão subordinados à ocorrência do matrimônio.

Uma constatação óbvia, mas importante: como os efeitos do pacto só irradiam ao mundo jurídico após a concretização das núpcias, naturalmente não há retroação dos seus efeitos. Em outras palavras, não se verifica efeitos *ex tunc*, mas sim *ex nunc*⁸⁴.

⁸² "Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, salvo se este os ratificar. Parágrafo único. A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato."

⁸³ GOZZO, Débora. *Pacto Antenupcial*, op. cit, p. 36.

⁸⁴ CARDOSO, Fabiana Domingues. *Regime de bens e pacto antenupcial*, op. cit, p. 150.

Outra constatação importante diz respeito à possibilidade de ampliar os efeitos do pacto para terceiros. Para isso, o pacto antenupcial deve ser registrado em livro especial pelo oficial do Registro de Imóveis do domicílio dos cônjuges, conforme dispõe o art. 1.657 do código civil⁸⁵.

Já está claro que, enquanto não há casamento, o pacto antenupcial não produz efeitos. Resta saber, entretanto, por quanto tempo deve-se aguardar a celebração do matrimônio. Os nubentes podem expressar no próprio pacto a data do casamento, o que resolveria o problema estabelecendo um intervalo temporal preciso⁸⁶. Mas e se não há essa disposição no pacto? O código civil não estabelece intervalo temporal para se verificar a caducidade do pacto antenupcial⁸⁷, o que abre espaços para questionamentos doutrinários.

Alguns autores se manifestam no sentido de que o pacto não está sujeito a qualquer prazo, significando que ele jamais deverá caducar⁸⁸. Há também a posição de que o intérprete deverá adotar o prazo de noventa dias utilizado para a caducidade da certidão de habilitação de casamento, conforme o art. 1.532 do código civil⁸⁹⁻⁹⁰.

⁸⁵ "Art. 1.654. A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação de bens."

⁸⁶ ALMEIDA SANTOS, Francisco Cláudio de. *O pacto antenupcial e a autonomia privada*, in: FERREIRA BASTOS, Eliene; SOUSA, Asiel Henrique de (Coords.). *Família e jurisdição*, Belo Horizonte, Del Rey, 2005, p. 197.

⁸⁷ Interessante notar, entretanto, que o projeto de código das obrigações disciplinava, nos arts. 163 a 167, um prazo de três meses para a realização do casamento após a lavratura do pacto, sob pena de ser o instrumento invalidado. O projeto, apresentado no final do ano de 1963, é resultante de trabalho de comissão composta por Orozimbo Nonato, Caio Mário da Silva Pereira, Orlando Gomes, Sylvio Marcondes, Teófilo de Azevedo Santos e Nehemias Gueiros, mas nunca entrou em vigor.

⁸⁸ Nesse sentido: DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*, op. cit., p. 216; LÔBO, Paulo. *Direito Civil: famílias*. São Paulo, Saraiva, 2008, p. 309.

⁸⁹ "Art. 1.532. A eficácia da habilitação será de noventa dias, a contar da data em que foi extraído o certificado."

⁹⁰ Nesse sentido: LOTUFO, Maria Alice Zaratina. *Curso avançado de direito civil*, v. 5, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000, p. 196; MANFRÉ, José Antonio Encinas.

Nenhuma dessas posições, ao nosso ver, merece prosperar. O pacto antenupcial é um negócio jurídico de direito de família destinado a estabelecer regras de regime de bens para determinada família. Ora, a partir do momento em que o casamento esperado não se realiza, não faz sentido subsistir um pacto pensado e estruturado para aquele casamento específico⁹¹. Ao permitir a persistência eterna do pacto antenupcial no mundo jurídico e seu eventual uso em outro casamento, nega-se não só a segurança jurídica e a ação do tempo no direito, mas também a natureza familiar do regime de bens e a sua função última de estruturar os aspectos patrimoniais para a subsistência familiar.

O uso do prazo de noventa dias por uma aplicação extensiva do art. 1.532 ou do art. 1.542, §2º também não nos parece acertada. Não há semelhança teleológica entre o prazo da habilitação e o prazo que se busca dar ao pacto. A finalidade da caducidade do pacto diz respeito à preservação da relação entre o regime de bens e a nova família que será formada pelo casamento. O prazo de três meses da habilitação se justifica somente pela possibilidade de haver algum impedimento matrimonial que antes não existia⁹², não podendo de forma alguma ser confundido com um prazo para os nubentes casarem.

Nesse sentido, a solução não caminha senão pelo reconhecimento da indeterminação do prazo para se casar e, por consequente, tornar o pacto eficaz⁹³. O interprete, como diz Pontes de Miranda, tentará identificar se expirou completamente a possibilidade da ocorrência do matrimônio referido no pac-

Regime matrimonial de bens no novo código civil, São Paulo, Juarez de Oliveira, 2003, p. 216.

⁹¹ PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*, 5. v., 14. ed, Rio de Janeiro, Forense, p. 143

⁹² CARVALHO SANTOS, João Manoel de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família (Arts. 180-254)*. 7. ed., v. 4, São Paulo, Freitas Bastos, 1961, p. 30.

⁹³ GOZZO, Débora. *Pacto Antenupcial*, op. cit, p. 111.

to⁹⁴.

Os efeitos do pacto antenupcial, como retro citado, são irradiados a partir da data da celebração do casamento e permanecem no mundo jurídico até que perdure o casamento ou até a modificação do regime de bens, ainda na constância do matrimônio. Não é possível, portanto, suspender o vigor do regime por meio de uma subordinação deste por um termo ou condição⁹⁵.

É possível, no entanto, substituir o regime na constância do casamento. Essa possibilidade de extinção dos efeitos do pacto antenupcial nos chama a atenção para o art. 1.639, §2º do Código Civil, que especifica:

Art. 1.639. [...]

[...]

§ 2º É admissível alteração do regime de bens, mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas e ressalvados os direitos de terceiros.

Nota-se a opção do legislador em romper com a tradição legislativa da vedação à convenção pós-núpcias. Antes da vigência do atual código, não era possível alterar o regime matrimonial de bens depois da celebração do casamento, pela própria semântica do termo "irrevogável" do art. 230 do código civil de 1916.

Com o advento do Código Civil de 2002, tornou-se possível a alteração do regime de bens. Entretanto, essa mudança só poderá ser feita mediante autorização judicial em pedido de jurisdição voluntária feito por ambos os cônjuges, no qual o juiz deverá apurar os motivos da mudança para preservar os interesses de terceiros.

⁹⁴ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. op. cit., pp. 260/261.

⁹⁵ PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. op. cit., pp. 232/233.

O motivo dessa mudança advém da própria mudança da sociedade. Na época do Código Civil de 1916, a doutrina temia que a mudança de regime após o casamento decorresse de pressão exercida pelo marido em fase da esposa, que era economicamente dele dependente e, por isso, não teria como resistir. Também havia o receio de que a mudança poderia ser utilizada para fraudar credores⁹⁶.

Essas razões não existem mais, seja por conta da emancipação da mulher e à efetiva igualdade constitucional, seja pela introdução da expressão "ressalvados os direitos de terceiros" do próprio art. 1.639, §2º⁹⁷.

É importante, todavia, recordar que a alteração do regime só poderá ser feita por procedimento de jurisdição voluntária. O entendimento da necessidade desse tipo de procedimento, embora claro da inteligência literal do artigo, ainda foi objeto do enunciado 113, aprovado na I Jornada de Direito Civil⁹⁸.

Por essa disposição, não poderá o pacto estabelecer regimes sucessivos de bens que mudam automaticamente com o passar do tempo. Esse tipo de pacto é nulo, pois viola disposição imperativa da lei.

Ainda no plano da eficácia, surge a questão da eficácia do pacto antenupcial celebrado por menor. A lei trata do assunto no art. 1.654, cuja redação é a seguinte:

Art. 1.654. A eficácia do pacto antenupcial, realizado por menor, fica condicionada à aprovação de seu representante legal, salvo as hipóteses de regime obrigatório de separação

⁹⁶ SIMÃO, José Fernando. *Mudança de regime de bens e pacto antenupcial: um diálogo necessário*, in: Jornal Carta Forense, mar, 2014, disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/mudanca-de-regime-de-bens-e-pacto-antenupcial-um-dialogo-necessario/13184>>.

⁹⁷ SIMÃO, José Fernando. *Mudança de regime de bens e pacto antenupcial: um diálogo necessário*, op. cit.

⁹⁸ "113 – Art. 1.639: é admissível a alteração do regime de bens entre os cônjuges, quando então o pedido, devidamente motivado e assinado por ambos os cônjuges, será objeto de autorização judicial, com ressalva dos direitos de terceiros, inclusive dos entes públicos, após perquirição de inexistência de dívida de qualquer natureza, exigida ampla publicidade."

de bens.

O artigo condiciona os efeitos do pacto celebrado por menor de idade à autorização do seu representante legal. O artigo sugere certa simplicidade, mas o estudo deve ser cuidadoso.

Primeiramente, deve-se ter em conta que o menor referido no artigo é o menor de 18 e maior de 16 anos, uma vez que fala-se em autorização dos representantes para o casamento e não na necessidade de suprimento judicial⁹⁹.

Além disso, a aprovação do representante legal não pode ser confundida com a assistência do representante legal do menor para o casamento. A ausência da assistência causa invalidade do casamento, já a ausência de aprovação suprime a eficácia do pacto antenupcial¹⁰⁰. São eventos distintos, com consequências distintas.

5. ESFORÇO DE SÍNTESE E CONCLUSÃO

O pacto antenupcial, assim como qualquer outro negócio jurídico, pode ser muito bem compreendido à luz da teoria dos fatos jurídicos. A análise das fontes nos revelou um movimento legislativo que reduziu o âmbito operativo do pacto antenupcial à determinação e regulação do regime matrimonial de bens. Isso nos trouxe a informação necessária para compreender que o pacto antenupcial não é um contrato, que visa dar vestimenta jurídica a uma relação puramente econômica, mas sim um negócio jurídico de direito de família, já que lida com aspectos patrimoniais ligados direta e intimamente à finalidade da sobrevivência familiar.

A análise dos elementos de existência, requisitos de validade, e fatores de eficácia partem desse pressuposto, o que é

⁹⁹ SIMÃO, José Fernando; TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Direito de Família*, op. cit, p. 124.

¹⁰⁰ ALVES, Jones Figueirêdo; DELGADO, Mário Luiz. *Código Civil anotado*, São Paulo, Método, 2005, p. 846.

fundamental para qualquer estudo de qualquer categoria jurídica. As conclusões encontradas em cada ponto refletem justamente a necessidade de coligar o estudo dogmático das fontes com a atribuição precisa de qual natureza jurídica é ocupada pelo instituto em foco.



6. BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA SANTOS, Francisco Cláudio de. *O pacto antenupcial e a autonomia privada*, in: FERREIRA BASTOS, Eliene; SOUSA, Asiel Henrique de (Coords.). *Família e jurisdição*, Belo Horizonte, Del Rey, 2005.
- ALVES, Jones Figueirêdo; DELGADO, Mário Luiz. *Código Civil anotado*, São Paulo, Método, 2005.
- ANDRADE, Darcy Bessone de Oliveira. *Do Contrato*. Rio de Janeiro, Forense, 1960.
- APRIGLIANO, Ricardo de Carvalho. *A ordem pública no direito processual civil*, São Paulo, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 2010.
- AZEVEDO, Antônio Junqueira de. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, 4. ed, 8. tiragem, São Paulo, Saraiva, 2013.
- BEVILAQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil Commentado*, v. 2, edição histórica, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1975.
- _____. *Direito das Obrigações*, edição histórica, Rio de Janeiro, Editora Rio, 1982.
- CARDOSO, Fabiana Domingues. *Regime de bens e pacto antenupcial*, São Paulo, Método, 2011.

- CARVALHO SANTOS, João Manoel de. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito das Obrigações (Arts. 1.079-1.121)*. 6. ed., v. 15, São Paulo, Freitas Bastos, 1958.
- _____. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família (Arts. 255-367)*. 8. ed., v. 5, São Paulo, Freitas Bastos, 1961.
- _____. *Código Civil Brasileiro Interpretado: Direito de Família (Arts. 180-254)*. 7. ed., v. 4, São Paulo, Freitas Bastos, 1961.
- DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*, Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.
- ESPÍNOLA, Eduardo. *Manual do Código Civil Brasileiro*, v. III, parte 1ª, Rio de Janeiro, Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1923.
- FACHIN, Luiz Edson. *Direito de família: elementos críticos à luz do Código Civil brasileiro*, Rio de Janeiro, Renovar, 2003.
- GOMES, Orlando, *Direito de família*, 7. ed, Rio de Janeiro, Forense, 1987.
- _____. *Contratos*, 2. ed, Rio de Janeiro, Forense, 1966.
- GOZZO, Débora. *Pacto Antenupcial*, São Paulo, Saraiva, 1992.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2013*, disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2013/default_xls.shtm>.
- _____, *Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2011*, disponível em: <
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2011/default_pdf_casamentos.shtm>.
- _____, *Diretoria de pesquisas, coordenação de popula-*

ção e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2008, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2008/defaulttab.shtm>>.

_____, *Diretoria de pesquisas, coordenação de população e indicadores sociais. Estatísticas do Registro Civil 2003*, disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2003/defaulttab.shtm>>.

LEITE, Gisele. *A importância do pacto antenupcial*, in: Revista IOB de Direito de Família, ano IX, n. 45, dez-jan, 2008.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. *Código Civil comentado*, in: AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Código Civil comentado*, v. XVI, São Paulo, Atlas, 2003.

_____. *Direito Civil: famílias*. São Paulo, Saraiva, 2008.

LOTUFO, Maria Alice Zaratín. *Curso avançado de direito civil*, v. 5, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2000.

MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus; MALUF, Carlos Alberto Dabus. *Curso de Direito de Família*, São Paulo, Saraiva, 2013.

MANFRÉ, José Antonio Encinas. *Regime matrimonial de bens no novo código civil*, São Paulo, Juarez de Oliveira, 2003.

MARINO, Francisco Paulo de Crescenzo. *Contratos Coligados no Direito Brasileiro*, São Paulo, Saraiva, 2010.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico: plano da existência*, v. 1, 16. Ed, São Paulo, Saraiva, 2010.

NERY, Rosa Maria de Andrade. *Manual de direito civil: família*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2013.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil: direito de família*, v. 5, 14. ed, Rio de Janeiro, Forense, 2004.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de*

- direito privado: parte geral. Negócios jurídicos. Representação. Conteúdo. Forma. Prova*, t. 3, Rio de Janeiro, Borsoi, 1954.
- _____. *Tratado de direito privado: parte especial. Dissolução da sociedade conjugal. Eficácia jurídica do casamento*. t. 8, Rio de Janeiro, Borsoi, 1955.
- _____. *Tratado de direito privado: parte geral. Bens. Fatos jurídicos*, t. 2, Rio de Janeiro, Borsoi, 1954.
- _____. *Tratado de direito privado: parte geral. Validade. Nulidade. Anulabilidade*. t. 4, Rio de Janeiro, Borsoi, 1954.
- _____. *Tratado de direito privado: parte geral. Eficácia jurídica. Determinações inexas e anexas. Direitos. Pre-tensões. Ações*. t. 5, Rio de Janeiro, Borsoi, 1956.
- RIZZARDO, Arnaldo. *Direito de família*, 4. ed, Rio de Janeiro, Forense, 2006.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil. Dos contratos e das declarações unilaterais da vontade*, v. 3, 30. ed, São Paulo, Saraiva, 2004.
- _____. *Direito civil: Direito de família*, [atualizado por Francisco José Cahali], v. 6, 28. ed, São Paulo, Saraiva, 2004.
- ROPPO, Vincenzo. *Il Contratto*, 2. ed, Milano, Giuffrè, 2011.
- SANTORO-PASSARELLI, Francesco. *L'autonomia privata nel diritto di famiglia*, in: *Saggi di diritto civile*, v. 1, Napoli, Jovene, 1961.
- SIMÃO, José Fernando. *Mudança de regime de bens e pacto antenupcial: um diálogo necessário*, in: *Jornal Carta Forense*, mar, 2014, disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/mudanca-de-regime-de-bens-e-pacto-antenupcial-um-dialogo-necessario/13184>>.
- _____; TARTUCE, Flávio. *Direito Civil: Direito de Família*, v. 5, 8. ed, São Paulo, Método, 2013.

- TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. *Consolidação das Leis Civis*, edição fac-similar, volume 1, Brasília, Ministério da Justiça, 2003.
- _____. *Esboço do Código Civil*, edição fac-similar, volume 1, Brasília, Ministério da Justiça, 1983.
- TEPEDINO, Gustavo. *Controvérsias sobre regime de bens no novo Código Civil*, in: Revista Brasileira de Direito das Famílias e Sucessões, n. 2, fev-mar, 2008.
- VELOSO, Zeno. *Regime matrimonial de bens*, in: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (coord.). *Direito de família contemporâneo*, Belo Horizonte, Del Rey, 1997.
- ZANETTI, Cristiano de Sousa. *A Conservação dos Contratos Nulos por Defeito de Forma*. São Paulo, Quartier Latin, 2013.